

## Do Império à Missão Militar Francesa:

Notas sobre o processo de modernização e profissionalização do Exército entre os séculos XIX e XX

Julio Cesar Alves Pereira Nunes<sup>1</sup>  
Johny Santana de Araújo<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva refletir, através de uma análise historiográfica, o processo de profissionalização e modernização do Exército Brasileiro e do corpo de oficiais que o compunha, entre o final do século XIX e início do século XX. Trataremos, também, das influências que contribuíram para os desenvolvimentos técnico e intelectual do meio militar, que através de diversas reformas no Exército, adquiriu um espírito crítico para com os problemas do País e aperfeiçoaram os treinamentos práticos necessários para o combate. Como algumas dessas reformas e influências, podemos citar a criação da Revista do Exército Brasileiro, a corrente Positivista, a relevância ideológica e prática dos “Jovens Turcos”, bem como as missões “Indígena” e “Francesa”. A influência dessas reformas moldou os oficiais durante a Primeira República e culminou em levantes, como a eclosão do movimento tenentista, em 1922. Como aportes metodológicos e historiográficos, trabalharemos com autores tais como José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho, Boris Fausto, Frank McCann, Fernando da Silva Rodrigues e Décio Saes.

**Palavras-chave:** Exército Brasileiro. Modernização. Profissionalização. História Militar. Historiografia.

**Abstract:** This article aims to reflect, through a historiographical analysis, on the process of professionalization and modernization of the Brazilian Army and its officer corps between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. We will also look at the influences that contributed to the technical and intellectual development of the military, which, through various reforms in the Army, acquired a critical spirit towards the country's problems and perfected the practical training required for combat. Some of these reforms and influences include the creation of the Revista do Exército Brasileiro, the Positivist current, the ideological and practical relevance of the "Young Turks", as well as the "Indigenous" and "French" missions. The influence of these reforms shaped the officers during the First Republic and culminated in uprisings, such as the outbreak of the Tenentist movement in 1922. As methodological and historiographical contributions, we will work with authors such as José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho, Boris Fausto, Frank McCann, Fernando da Silva Rodrigues and Décio Saes.

**Keywords:** Brazilian Army. Modernization. Professionalization. Military History. Historiography.

### From the Empire to the French Military Mission:

Notes on the process of modernization and professionalization of the Army between the 19th and 20th centuries.

<sup>1</sup> Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGHB); Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente cursando o doutorado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI-PPGHB) E-mail: juliocesarapn@outlook.com

<sup>2</sup> Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense e Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí –DH/PPGHB/UFPI. Socio Correspondente de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB. E-mail: johny@ufpi.edu.br

As situações políticas passam e o Exército permanece. Frase interessante e problematizadora. Foi registrada pelo Marechal Hermes da Fonseca, representando o Clube Militar, em telegrama enviado ao comandante da 6ª Região Militar, em Pernambuco, no ano de 1921, em meio a um contexto político, social e militar conturbado. O representante militar destaca a solidez institucional do Exército em diferentes temporalidades na História do Brasil, bem como a inerência de seus aspectos políticos. Nesse sentido as conjunturas políticas e sociais passam e o Exército fica, “despedaçado” ou fortalecido. Sobre o tema, Anita Leocádia Prestes destaca que:

Desde a proclamação da República, a participação dos militares na política tem sido um elemento importante – e, por vezes, decisivo – na História do Brasil. A República nasceu de um golpe militar e seus primeiros governos foram encabeçados por oficiais do Exército, tendo as Forças Armadas desempenhando o papel de caixa de ressonância dos anseios federalistas e republicanos de setores da vida nacional descontentes com o centralismo monárquico. (PRESTES, 1993, p. 13)

Nota-se que a importância adquirida pelo Exército brasileiro durante sua trajetória institucional é resultado de uma construção política e militar, inerentemente ligada à cultura nacional. Estudiosos, dentre os quais destacamos José Murilo de Carvalho, Edmundo Campos Coelho e Décio Saes, procuram esclarecer o comportamento do Exército com relação à política, não eximindo desse contexto a população civil que o cerca, bem como sua heterogeneidade estabelecida nas camadas sociais. Porém, vale salientar que “desconsideram poderosas influências no seio do próprio Exército que moldaram a conduta tanto dos indivíduos como das instituições às quais pertenciam”. (MCCANN, 2007, p. 11)

Nesse contexto de destaque do Exército perante o aparato social, podemos inferir a respeito da análise do sociólogo Erving Goffman, no qual afirma ser uma “instituição total”, tendo como característica o rompimento dos obstáculos que separam as três esferas da vida: sono, lazer e trabalho. Torna-se pertinente a essa instituição o controle do local onde ocorrem essas esferas, nos referidos momentos e modos no qual são executadas.

O ser age nas esferas da vida em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes e sob diferentes autoridades sem um plano racional geral, ao inserir-se numa instituição social passa a agir num mesmo lugar, com um mesmo grupo de pessoas e sob tratamento, obrigações e regras iguais para a realização de atividades impostas. Quando essa instituição social se organiza de modo a atender indivíduos (internados) em situações semelhantes, separando-os da sociedade mais ampla por um período de tempo e impondo-lhes uma vida fechada sob uma administração rigorosamente formal (equipe dirigente) que se baseia no discurso de atendimento aos objetivos

institucionais, ela apresenta a tendência de “fechamento” o que vai simbolizar o seu caráter “total”. (GOFFMAN, 2011, p. 11)

A análise de Goffman caracteriza o Exército como uma instituição social com meios próprios no trato de seus componentes, tendo os mesmos que cumprir com obrigações e regras pré-estabelecidas. Ou seja, o indivíduo na caserna é isolado do convívio social no qual estava inserido. Como salienta José Murilo de Carvalho, em sua obra “Forças Armadas e política no Brasil”, na qual reforça a proposta defendida por Goffman:

A sociologia tem mostrado exaustivamente que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais. Essas instituições, pelo fato de envolverem todas as dimensões da vida de seus membros, constroem identidades mais fortes. Quando plenamente desenvolvidas, requerem de seus membros uma radical transformação de personalidade. São exemplos desse fenômeno as antinomias entre homem velho e homem novo, nas ordens religiosas, e entre militar e paisano, nas organizações militares. Uma identidade mais forte aumenta o grau de autonomia da organização em relação ao meio ambiente. (CARVALHO, 2005, p. 13)

Na exposição do autor há um acentuado contraste entre militares e civis que se torna elemento constituinte da formação identitária do militar. Nesse interim, a solidificação de relações dentro do âmbito militar fortalece e contribui, seguindo os preceitos estabelecidos dentro do Exército, para a construção do sujeito como pertencente a um sistema próprio de valores.

## **2.1 Um viés modernizador na transição entre Império e República**

Os debates que cercaram a necessidade de profissionalizar e modernizar o Exército permearam parte da história brasileira. Remetendo à Guerra do Paraguai (DORATIOTO, 2002) por se tratar de um momento em que a instituição inicia as reivindicações por uma maior participação na estrutura política nacional, podemos inferir que os caminhos trilhados pelo Exército em busca de modernização remeteram a tempos longínquos. Nesse contexto, salientamos a questão geopolítica, que influenciou a pretensão modernizadora. A experiência adquirida nos núcleos de combate foi determinante na emersão do Exército como um órgão de representação nacional.

No cenário imperial, a criação de um aparelhamento burocrático forneceria a profissionalização militar nas décadas de 1840 a 1860. Nesse processo, alguns personagens se destacam: Duque de Caxias<sup>3</sup>, Jerônimo Francisco Coelho<sup>4</sup>, Manuel Felizardo de Souza<sup>5</sup> e Pedro de Alcântara Bellegarde<sup>6</sup>. No período, alguns oficiais de baixa patente reivindicavam melhorias na formação profissional, como também uma adequação do tempo no sentido de melhoramento da execução dos exercícios práticos. Inerente a isso, as deficiências do Exército eram diversas. Havia a falta de um padrão de organização tanto profissional como efetivo, o que acarretava na exposição das mazelas internas da instituição. Outra deficiência, atrelada a uma questão subjetiva, consistia na “crise identitária” que enfrentavam os militares. Havia dúvidas entre os oficiais sobre o verdadeiro papel que deveriam exercer perante a nação.

Outra falência estava vinculada ao recrutamento onde prevalecia o sistema de voluntários. Todavia, na ausência de solicitantes – que era predominante – prosseguia o recrutamento forçado. Por esse motivo, a maioria dos quadros militares era procedente das camadas menos abastadas da população. Uma das justificativas que envolvem esse fato diz respeito aos privilégios consentidos às famílias mais abastadas, que privavam seus filhos do alistamento militar. Apenas em 1874 foi aprovada a primeira lei<sup>7</sup> a respeito da obrigatoriedade do serviço militar e do alistamento universal, sem eximir nenhuma camada da sociedade, bem como do sorteio para cobrir vagas em aberto.

O período que sucedeu a implantação da lei se desdobra até o ano de 1908, quando há uma nova promulgação. Nesse recorte temporal, dois grupos antagônicos travaram constantes debates. De um lado se posicionavam os militares e parte da elite civil, apoiadores do sorteio militar. Do outro estavam os anarquistas, que tinham uma posição radical contra a lei do sorteio e se baseavam na ideia de que o serviço militar obrigatório distanciava o homem do seio familiar e da vida social, impedindo-o de constituir uma família. Nesse jogo de opiniões, podemos presumir que os militares e parte da elite, ao apoiarem o sorteio militar, possuíam

---

<sup>3</sup> **Luís Alves de Lima e Silva**, Duque de Caxias (25 de agosto de 1803 – 7 de maio de 1880), apelidado de "O Pacificador" e "O Duque de Ferro", foi um militar, político e monarquista brasileiro.

<sup>4</sup> Contribuiu para a pacificação do Rio Grande do Sul, na Revolução Farroupilha, e, quando governador do Pará, opôs-se à ocupação francesa do território do Amapá. Fundou o Observatório Astronômico do Castelo, restaurou o Hospital Militar da Corte, dirigiu a Fábrica de Pólvora da Estrela, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e a Escola de Aplicação do Exército (1854). **Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).**

<sup>5</sup> Em março de 1848, no breve gabinete do visconde de Macaé, foi convidado a gerir o Ministério da Guerra. **Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**

<sup>6</sup> Foi um militar, educador, astrônomo e engenheiro brasileiro.

<sup>7</sup> Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1835. BRASIL. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874. **Coleção de Leis do Império do Brasil.**

interesses políticos e econômicos, que nos levam a crer na falta de segurança do processo, no que diz respeito às fraudes.

O governo não soube conduzir a aplicação do sorteio e foi incapaz de punir os sorteados que não se apresentavam ao serviço militar. O motivo principal da ausência se deu pela falta de atrativo em servir a nação através do Exército. Os soldos eram baixos, e os castigos físicos como forma disciplinar, recorrentes. Nessa conjuntura, os efetivos do Exércitos eram compostos pelas camadas pobres da sociedade, que não possuíam poder financeiro, nem tampouco político.

Em 1882 é criada a *Revista do Exército Brasileiro*. Seu objetivo central era transmitir as ideias da instituição e reafirmar os laços que unificavam seus membros. Os diversos artigos da revista possuíam conteúdos relacionados às reformas dentro do Exército e assuntos referentes aos aparatos técnicos e profissionais. Seu lançamento contribuiu para o surgimento de indagações a respeito da necessidade de reformas militares. Se torna importante salientar o meio de comunicação utilizado pelo Exército, de diferentes maneiras e com objetivos múltiplos, para divulgar notícias militares e propagar novos ideais.

Durante a década de 1880 formou-se uma intensa oposição do Exército em relação ao Império, já que nesse período não havia uma política definida que beneficiasse a instituição. Ao mesmo tempo, podemos depreender que as referências teóricas que adentravam o Brasil naquele período – dentre elas a corrente positivista, que obteve, em partes, aceitação dentro do Exército – contribuíram para a fomentação de uma análise crítica e reflexiva acerca das questões técnicas que adentravam os núcleos militares, não se omitindo de questões ideológicas e morais que permeavam a sociedade, como os ideais abolicionistas e republicanos.

As correntes positivistas<sup>8</sup> foram, de certo modo, eficazes nos meios políticos e principalmente no seio do Exército. Os oficiais adotaram essas influências, organizando as escolas militares, aperfeiçoando sua doutrina de acordo com seus anseios, e espalharam sua teoria por toda a corporação militar. O “abandono” em que se encontravam os militares

---

<sup>8</sup> O **positivismo** é uma das doutrinas filosóficas derivadas do iluminismo. Sua origem mais remota se encontra em Condorcet, filósofo vinculado à Enciclopédia, para quem era possível criar-se uma ciência da sociedade com base na matemática social, de acordo com Michael Löwy. Mas foi com Augusto Comte (1798-1857) que o positivismo se tornou uma escola filosófica. Os fundamentos do positivismo consistem na busca de uma explicação geral diante de um fenômeno derivado da industrialização: a crescente especialização. Comte procurou fazer de sua filosofia um instrumento para manter plena a perspectiva do geral, da visão macro. Fundou, assim, a física social, nome que ensejou o aparecimento da sociologia. Essa ciência se baseou no modelo de investigação comum às ciências empíricas particulares, com vistas a “descobrir as regras que governam a sucessão e a coexistência dos fenômenos”. A denominação decorreu da importância que a física tinha até então, e a “nova” ciência por ele concebida aplicaria procedimentos metodológicos de observação dos fenômenos históricos e sociais. (Fonte: CPDOC)

facilitou o apego por parte da oficialidade a um ideal que propagava uma alternativa para os papéis político e social que deveriam desempenhar.

Nas escolas militares, disciplinas como matemática e geometria analítica tornaram-se instrumentos da difusão positivista. Como expoentes desta podemos destacar as figuras do Marechal Roberto Trompowski<sup>9</sup> e de Benjamin Constant<sup>10</sup>. Esses mestres repassavam uma ideia tecnicista de progresso científico. A matemática, nesse contexto, assume o protagonismo como uma ciência fundamental para o conhecimento de outras ciências e sob uma direção baseada na síntese subjetiva, valoriza o cálculo e a geometria. Benjamin Constant, professor da disciplina, encontra em Auguste Comte, motivação para seguir com seus preceitos.

Militar com nenhuma vocação para a carreira das armas, desejava Benjamin Constant, para o Exército, “uma ciência muito mais nobre e fecunda que a ciência da guerra: a ciência da paz; e mais necessária do que a instrução militar para “o desempenho dos altos destinos sociais e políticos que neste século os exércitos são chamados a desempenhar” era, segundo ele, “uma longa instrução científica, moral e cívica”. (COELHO, 1976, p. 66)

A influência de Constant, nas modificações teóricas e preocupações políticas e sociais, surtiu efeito na caserna. O positivismo afastava os oficiais das ciências bélicas e os aproximava das ciências exatas. Porém, não devemos apontar esse fato à carência de profissionalização do Exército. A política como um todo é equitativamente responsável pela descrença e esquecimento das forças militares brasileiras. Nessa conjuntura se torna necessário a análise e compreensão do conceito de *soldado-cidadão*, caracterizado por ser uma ideologia intervencionista do militar na vida política.

Versando por essa perspectiva, o militar possui uma participação ativa nos processos políticos do País, com a aplicação de propostas renovadoras. Em sua obra “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, José Murilo de Carvalho “implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar” (CARVALHO, 2005, p. 39). O *soldado-cidadão* representa a população civil de farda. O positivismo, de certo modo, aproximou o cidadão comum do militar, potencializando uma concepção de que o soldado brasileiro equivaleria ao cidadão armado. Podemos refletir que a

---

<sup>9</sup> Foi um militar e professor brasileiro de matemática.

<sup>10</sup> Foi um militar, engenheiro, professor e estadista brasileiro. Adepto do positivismo, em suas vertentes filosóficas e religiosas - cujas ideias difundiu entre a jovem oficialidade do Exército brasileiro - foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889, foi nomeado Ministro da Guerra e, depois, Ministro da Instrução Pública no governo provisório.

forma encontrada para se posicionar frente aos problemas do País foi a intervenção política e social do *soldado-cidadão*.

O papel nos moldes de um “protagonismo”, exercido pelo Exército no golpe militar de 1889, que culminou com a derrocada do Império, o elevou a um patamar institucional capaz de interferir na vida política do Brasil. Consequente a isso, “a mudança de regime significou para o Exército o rompimento dos vínculos primários que o ligavam à sociedade civil<sup>11</sup> numa relação de dependência absoluta” (COELHO, 1976, p. 65). O pensamento do sociólogo Edmundo Coelho nos auxilia na análise referente à alternância de paradigma no qual o Exército estava inserido.

Nos primeiros anos do regime republicano, apesar de ele ter colocado o Exército em evidência, a política e as ideias propagadas pelas elites civis confrontariam esse papel, bem como o crescimento da instituição. A República surgiu paralelamente a um sentimento de individualidade manifestado pelos oficiais, através de uma tomada de consciência da condição militar em que se encontravam, e da funcionalidade do Exército como entidade distinta da sociedade.

A pretensão pela autoconsciência dos militares foi forjada pela reação ao estado de marginalidade que o Exército e os oficiais estavam inseridos. Se tornou prioridade, também, o controle das adversidades causadas por opiniões contrárias dentro da própria instituição, como as disputas entre “tarimbeiros” e “doutores”. Os doutores “eram produto da febre reformista de 1890 que transformou a Escola Militar em um centro da filosofia positivista. Em um viés contrário:

[...] “Os “tarimbeiros” haviam ascendido na hierarquia com pouca educação formal. Muitos mal sabiam ler e pareciam acalentar a “ingênua convicção de que o analfabetismo enrija os músculos”. Irritavam-se ao extremo com os ares de superioridade dos doutores tenentes, que discutiam filosofia e citavam poesias.” (MCCANN, 2007, p. 216)

Atentamos ao fato de que no Exército as disputas ideológicas e intelectuais eram constantes. Porém, vale ressaltar que o golpe realizado contra o sistema monárquico teve influência da união entre esses dois grupos: “os doutores” entraram com o poder das ideias e os “tarimbeiros” com o poder da corporação<sup>12</sup>. No interior da corporação, os ânimos eram

---

<sup>11</sup> Sobre o conceito de sociedade civil, ver: BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

<sup>12</sup> “Deodoro da Fonseca tornou-se chefe do governo provisório implantado logo após a Proclamação. Junto a isso, alguns oficiais do Exército e da Marinha foram eleitos para o Congresso da Constituinte. Porém, não houve a concepção de um grupo unificado. O Exército teve papel crucial na implantação do novo regime, já a Marinha, era vista acoplada por características ligadas à Monarquia. Em torno de Deodoro circulavam os “tarimbeiros”,

notoriamente contrários. Ao tratar de Brasil, os grupos se coalizavam, mesmo com seus ideais particulares de direcionamento dos problemas nacionais.

Outro fator relevante que expôs as fragilidades militares corresponde à atuação do Exército frente aos liderados de Antônio Conselheiro<sup>13</sup>, no arraial de Canudos, Bahia, em 1896. Foram necessárias quatro expedições militares objetivando findar a resistência dos “conselheiristas”. A falta de conhecimento do local e de armamento específico para a região, – em se tratando de um clima seco e um solo desnivelado – bem como a ausência de treinamento e a desmotivação dos combatentes foram fatores prejudiciais à estrutura do Exército, mesmo com a empreitada vitoriosa.

Os militares compreendiam ser necessário um processo de metamorfose na instituição. “Os sucessivos fracassos na luta contra os sertanejos de Antônio Conselheiro atingiram fundo a já abalada credibilidade na competência profissional do Exército” (COELHO, 1976, p. 75). Esse evento contribuiu para uma reflexão mais profunda sobre a modernização militar defronte à crise em que se encontrava a instituição. Nesse cenário, as duas primeiras décadas do século XX foram essenciais no projeto modernizador do Exército.

## 2.2 A relevância ideológica e prática dos “Jovens Turcos”

Entre os anos de 1905 e 1913 foram prescritos<sup>14</sup> regulamentos militares que davam prioridade ao ensino ministrado a partir de modelos práticos em detrimento dos exercícios teóricos. A reforma de 1905 caracterizou-se pela tentativa de eliminar os excessivos

---

veteranos da Guerra do Paraguai e oficiais que não frequentaram a Escola Militar, ou seja, não entraram em contato com a “febre positivista”. Esse grupo ajudou na derrubada do Império por achar que o Exército possuiria um papel mais amplo no decorrer da República. Nesse contexto, embora não fosse positivista e tivesse lutado na Guerra do Paraguai, Floriano Peixoto recebeu o apoio dos oficiais “científicos”. A forte influência do positivismo propagada na Escola Militar influenciou esses jovens a refletir acerca das mazelas do país. Inseridos no conceito do soldado-cidadão, impuseram a si próprios a missão de dar rumos ao Brasil. Pautados em um dos lemas do positivismo, acreditavam que a República deveria se ater ao lema ordem e progresso. Esse que vinha através da modernização da sociedade, e principalmente do Exército”. Para saber mais: Cf. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1995, p. 246.

<sup>13</sup> **Antônio Vicente Mendes Maciel**, apelidado de “Antônio Conselheiro”, nascido em Quixeramobim (CE) em 13 de março de 1830, de tradicional família que vivia nos sertões entre Quixeramobim e Boa Viagem, foi comerciante, professor e advogado prático nos sertões de Ipu e Sobral. Após a sua esposa tê-lo abandonado em favor de um sargento da força pública, passou a vagar pelos sertões em uma andança de vinte e cinco anos. Chegou a Canudos em 1893, tornando-se líder do arraial e atraindo milhares de pessoas. Acreditava que a República, recém-implantada no país, era a materialização do reino do Anticristo na Terra, uma vez que o governo eleito seria uma profanação da autoridade da Igreja Católica para legitimar os governantes. A cobrança de impostos efetuada de forma violenta, a celebração do casamento civil e a separação entre Igreja e Estado eram provas cabais da proximidade do “fim do mundo”.

<sup>14</sup> Sobre os processos que permearam as reformas, cf. RODRIGUES, Fernando da Silva. História do Ensino Militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944). **Revista Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 12, no 24, p. 86-98, 2016.



conteúdos de ensino teórico do currículo militar, procurando dar ênfase à instrução prática. Posteriormente, as mudanças curriculares em 1913 buscaram objetivar e aprofundar as especificidades do ensino prático. Pode-se dizer que duas as reformas visavam a criação de um corpo de oficiais capaz lidar com as modernizações políticas e tecnológicas do contexto.

A Escola Militar de Formação de Oficiais do Exército Brasileiro serviu como um espaço de testes para os interesses organizacionais e doutrinários da instituição, com o ordenamento de um padrão militar profissionalizado e menos teórico. Sua localização mudou em diversas ocasiões. Primeiramente se estabeleceu na Praia Vermelha (1904). Entre 1905 e 1913, esteve presente nas cidades de Porto Alegre (RS), Rio Pardo (RS) e Campo Grande (MS). Em 1913 foi transferida para Realengo (RJ) sendo, posteriormente, em 1944, deslocada para Resende (RJ).

O início do século XX foi dominado por uma consciência que atingiu a maioria dos oficiais do Exército: a instituição era atrasada em comparação às grandes potências do período. O armamento que dispunha era diversificado, dificultando o aprendizado de suas utilidades e manutenções. Nos quartéis a precariedade física e os orçamentos disponibilizados pelo Estado eram irrisórios. No período entre 1906 e 1909, o Ministério da Guerra ficou a cargo do Marechal Hermes da Fonseca, responsável pela execução de reformas institucionais na caserna, como por exemplo, a organização das unidades militares, incluindo a figura do intendente<sup>15</sup>, e fracionando o País em diferentes regiões de inspeção militar.

Em 1905, e tendo como um de seus formuladores o Ministro das Relações Exteriores, Barão de Rio Branco<sup>16</sup>, foi protocolada uma modificação que tinha como finalidade a permissão para jovens oficiais – a maioria de baixa patente – viajar à Europa, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e práticos em Escolas Militares e corpos de tropa, no intervalo de dois anos. Porém, a falta de fiscalização das atividades realizadas pelos oficiais, por parte do Exército, dispersou as vantagens que a instituição poderia obter.

---

<sup>15</sup> ALBUQUERQUE, Caetano M. de F. **Dicionário Técnico Militar de Terra**. Lisboa: Typographia do Annuario Commercial, 1911. Intendente é aquele que é encarregado da administração de alguma coisa, superintendente, agente dos serviços administrativos do Exército. Intendente geral do Exército ou da Guerra é a mais elevada autoridade da hierarquia administrativa do Exército; é um preposto, um comissário geral do Ministro da Guerra, de quem diretamente recebe ordens, sem que deixe de estar sob a autoridade do Comando do Exército; intendente militar, comissário de depósitos, pagador.

<sup>16</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior nasceu no Rio de Janeiro no dia 20 de abril de 1845. Foi ministro das Relações Exteriores de quatro governos: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914). Atuou em negociações de fronteiras com a Argentina, Bolívia, Guiana Francesa e Peru. (Fonte: **Atlas Histórico do Brasil/Fundação Getúlio Vargas**)

O País escolhido pela maioria desses jovens foi a Alemanha<sup>17</sup>, por se tratar de um Exército modelo na época. Retornando<sup>18</sup> do estágio germânico, os oficiais oriundos da turma de 1910 intensificaram uma campanha com o objetivo de aplicar uma nova orientação profissional. Como meio de propagação de seus ideais renovadores, fundaram a revista “*A Defesa Nacional*”<sup>19</sup>, tendo como pioneiros Bertoldo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e César Augusto Parga. A revista surgiu com um teor técnico e militar que objetivava contribuir com a formação da oficialidade brasileira. Lançada em 1913, se estruturou com o fortalecimento de um grupo de fundadores e editores.

A jovem oficialidade corroborava com os anseios de uma modernização e, conseqüentemente, do oficial que dela saía, onde os interesses por uma instituição focada nos ensinamentos técnicos objetivavam a formação de uma elite militar. Como conteúdo, a revista apresentava uma gama de materiais sobre estudos ligados às Forças Armadas e variadas análises técnicas e práticas apresentadas e executadas na Alemanha. Em seu edital, afirmava que a função do Exército não se limitava apenas no quesito da transformação estrutural. Tinha como dever, também, uma função educadora e organizacional no que diz respeito à sociedade. Em uma visão geral, “os oficiais que fundaram e publicaram *A Defesa Nacional* foram um novo fenômeno no Exército Brasileiro: eram instruídos e sabiam comandar tropas. Sua tarefa era tornar-se modelos para as futuras gerações” (MCCANN, 2007, p. 216).

Os “Jovens Turcos” chamaram a atenção de parte da oficialidade brasileira. Membros de alta patente configuravam o processo modernizador como uma ameaça, e o fato de as inovações estarem sendo propostas por jovens subalternos na hierarquia militar reforçava essa convicção (MCCANN, Loc. Cit, p. 216). Nesse contexto, a escolha da alcunha designada por oficiais contrários aos novos ideais teve um tom pejorativo, já que foi inspirada nos jovens oficiais da Turquia de Mustafa Kemal, que estagiaram no Exército Alemão e eram formados por estudantes universitários e oficiais progressistas, os quais buscaram transformar e levar a modernização ao Exército do referido país. No Exército Brasileiro, todavia, o apelido passou a ser utilizado como forma de patriotismo e resistência ao oficialato mais conservador.

Um dos pontos defendidos pelos “Jovens Turcos” consistia no fato da oficialidade se tornar apolítica. Isso significava que os militares deveriam ficar ausentes dos debates políticos e de outras ocupações que os distanciavam do seio militar. Salientavam que era necessário

---

<sup>17</sup> O Exército Imperial Alemão recebeu três turmas de oficiais brasileiros: 1906, 1908 e 1910.

<sup>18</sup> Frank McCann afirma que o Exército Brasileiro moderno começou com o retorno desses homens ao Brasil. Cf. MCCANN, 2007, p. 216.

<sup>19</sup> Revista lançada em 10 de outubro de 1913 por um grupo de oficiais brasileiros que, engajados em uma campanha de modernização do Exército, passaram a ser conhecidos pelo apodo de “jovens turcos”.

que o Exército se aparelhasse e mantivesse um preparo adequado para a função de estabilizar a ordem, estando integralizado para compor desestabilizações interna comuns nas sociedades em transformação.

No que tange às relações de política externa, sustentavam que, podendo o Brasil aspirar um desenvolvimento integral, tendo como adversários as jovens nações fronteiriças, as mesmas poderiam se tornar obstáculos no processo. A necessidade de armamento moderno, munição, e a contratação de uma missão militar estrangeira eram outros quesitos da reforma sustentada pelos “Jovens Turcos”. Conjuntamente a esses, remodelando o Exército e difundindo uma nova ideologia nas Forças Armadas, estavam Olavo Bilac<sup>20</sup> e Alberto Torres<sup>21</sup>.

O primeiro afirmava que o Exército teria como missão educar o cidadão, o que designaria a instrução de militares focados na instituição, sem vínculos políticos. Para ele, os verdadeiros brasileiros eram os que faziam parte da classe média na sociedade, e a culpa da miséria que atingia o povo cabia às oligarquias rurais, tendo aquela uma capacidade intelectual e moral, podendo se colocar acima dos interesses individuais, para guiar os rumos do País. Sobre a necessidade de organização institucional, Olavo Bilac e Alberto Torres<sup>22</sup> tinham opiniões distintas. Este afirmava que os quartéis militares eram feitos apenas para treinar soldados, não cidadãos. Vale salientar a interessante análise do referido intelectual sobre o papel exercido pela caserna na formação militar:

[...] a “caserna educa o soldado para a faina do soldado e educando o soldado não fez ainda senão viciar o indivíduo, perverter o homem de família, deseducar o *socius* da comunidade nacional. O caráter, a moralidade, os sentimentos de altruísmo e de simpatia só encontraram na caserna, até hoje, adulteração. O bom soldado leva-os de casa e da praça pública para o quartel. O quartel não podendo criar tais qualidades, não chega também por isso, a fazer bons soldados para o nosso tempo: faz pretorianos...”  
(COELHO, 1976, p. 76)

O discurso, em tom ácido, de Alberto Torres, exprime a atuação do Exército e os possíveis horizontes que eram vislumbrados. As possibilidades em que o processo de modernização estava subscrito convergiam constantemente com os problemas encontrados no

---

<sup>20</sup> Bilac era um ativo republicano e nacionalista, também defensor do serviço militar obrigatório em um período em que o exército usufruía de amplas faculdades políticas em virtude do golpe militar de 1889.

<sup>21</sup> Alberto de Seixas Martins Torres (Itaboraí, 26 de novembro de 1865 — Rio de Janeiro, 29 de março de 1917) foi um político, jornalista e bacharel em direito. Também foi um pensador social brasileiro preocupado com questões da unidade nacional e da organização social brasileira.

<sup>22</sup> Sobre as ideias de Alberto Torres, Cf. PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. **Alberto Torres**: uma obra, várias leituras. Dissertação. Belo Horizonte. 245p. Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

seio militar. A comparação com os pretorianos da Roma Antiga expõe a tonalidade caótica na formação militar. Sobre os ideais dos “Jovens Turcos”, e analisando as posições sobre o papel das Forças Armadas, “a defendida pelos oficiais de *A Defesa Nacional* foi, imediatamente e no longo prazo, a de maior impacto sobre o Exército”. (MCCANN, 2007, p. 224). O programa reformista era amplo e inovador. O Exército deveria ser constituído por unidades em tempos de paz e a instrução militar necessitaria ser orientada para o combate. Tinham-se como objetivos, ainda, fardamentos e calçamentos adequados, a contratação de uma missão militar estrangeira, bem como a aplicação do serviço militar obrigatório<sup>23</sup>.

Cabe ressaltar uma questão reflexiva envolta na atuação dos “Jovens Turcos” e inerente ao movimento tenentista. Uma das primeiras reformas realizadas por eles foi o treinamento de subordinados – cabos e sargentos – para que estes, por sua vez, pudessem treinar os recrutas. “Essa medida técnica, em um Exército onde ela não era tradicional e no qual cabos e sargentos eram figuras marginais, foi revolucionária e provavelmente contribuiu para a posterior agitação entre os subalternos” (MCCANN, 2007, p. 219). A ideologia e as reformas aplicadas por esses jovens tiveram direta influência na rebeldia militar exposta no Exército na década de 1920 com a eclosão do movimento tenentista. Como um exemplo, em 1915 estourou a “Revolta dos Sargentos”, que foi liderada por sargentos do Exército e teve como principal ponto de protesto o favorecimento de condições melhores com relação às patentes inferiores. Podemos observar que o descontentamento da baixa oficialidade com as mazelas do Exército foi resultado da absorção de ideais oriundas das reformas pelas quais o mesmo passara.

*A Defesa Nacional* trazia análises críticas da situação social e política do País e propagavam um tom revolucionário aos seus leitores. Para os jovens fundadores da revista, o desenvolvimento da nação e do Exército andavam entrelaçados. As medidas propostas pelos oficiais eram demandas de longo prazo e seus ideais atingiram tanto civis como militares. Contudo, queriam que fossem aceitas de forma imediata. Para isso, tornar-se-ia necessário a imposição de suas visões. A influência dos “Jovens Turcos” atingiria uma parcela considerável da caserna, principalmente os oficiais de baixa patente. Com seus esforços, em 1918 uma providência, tratada a seguir, seria tomada para desencadear o processo de renovação do ensino na Escola Militar.

### 2.3 As missões “Indígena” e “Francesa”

---

<sup>23</sup> O principal problema do Exército em meados da década de 1910 era implementar, finalmente, o serviço militar obrigatório. Cf. (MCCANN, 2007, p. 229)

Os objetivos propostos pelos “Jovens Turcos” tiveram maior receptividade na Escola Militar, localizava no bairro de Realengo<sup>24</sup>, no Rio de Janeiro. Em sua grade de estudos, os dois primeiros anos consistiam na junção de educação geral com treinamento militar teórico e prático, destinados a preparar líderes de pelotões. O terceiro tinha como foco a instrução especializada em uma das armas de combate. Os alunos graduavam-se como aspirantes, servindo nessa categoria por um ano ou até surgir vaga entre os tenentes.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os oficiais brasileiros ficaram admirados em relação às potências que nela lutaram. Esse choque de realidade perante o conflito foi um dos responsáveis pela abertura de ideias das quais a jovem oficialidade se deparara. Junto a isso, “o conhecimento profundo do Exército Alemão, as frustrações oriundas da Guerra do Contestado<sup>25</sup> e a tentativa, após 1916, de dar um uso efetivo ao serviço militar obrigatório levaram os oficiais reformistas a examinar seu país com mais atenção” (MCCANN, 2007, p. 244).

Como salienta Jehovah Motta, “a história do Exército, na República, divide-se em dois períodos, separados por um marco nítido: o conflito de 1914-18, com a guerra, e depois desta vieram as reformas substanciais de estrutura, o ensino militar adquiriu novo tom” (MOTTA, 2001, p. 19). O efeito produzido pelo conflito pode ser observado, também, em uma edição de *A Defesa Nacional*, em 1917:

Seria uma injustiça atribuir apenas ao efeito reflexo dos acontecimentos em que nos vimos envolvidos, a mudança radical que a nossa política militar experimentou dentro de poucos meses. [...] precisamos estar sempre à espera desses grandes momentos de entusiasmo para obter quase sem trabalho o que os profissionais, durante anos seguidos, reclamam sem cessar como estado normal da organização dos serviços públicos.<sup>26</sup>

Junto ao intuito de instruir os jovens oficiais para a carreira militar, e inerente ao processo de modernização do Exército, foi implantada na Escola Militar de Realengo a chamada “Missão Indígena”. Através da abertura de uma seleção<sup>27</sup> originou-se um grupo de

---

<sup>24</sup> “[...] situada a cerca de 24 quilômetros da cidade do Rio, no ramal Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil (MCCANN, 2007, p. 314)”.

<sup>25</sup> Cf. RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os Sertões Catarinenses**: Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História), UFSC, 2001.

<sup>26</sup> **A Defesa Nacional**, dez. 1917, p. 96.

<sup>27</sup> O Decreto 12.977, de 24 de abril de 1918, em seu art. 99, previa, para a nomeação de instrutores ou auxiliares da Escola Militar, a exigência de uma prova prática, cujo programa e modo de realização deveriam ficar a cargo do Estado-Maior do Exército.

instrutores<sup>28</sup>, que se responsabilizou pela instrução na Escola Militar, no período entre 1919 e 1922. Os ideais desse grupo eram baseados pela ideologia propagada em *A Defesa Nacional*. Objetivada em fornecer benefícios para o Exército e sua força humana, a “Missão Indígena”<sup>29</sup> visava aproveitar os ideais desenvolvidos pelos “Jovens Turcos”, garantindo a afinidade de seus alunos com os novos recursos técnicos.

Frank McCann salienta que “o resultado inesperado (da missão) seriam duas turmas combinadas em 1918 e 1919 que conteria os rebeldes mais tecnicamente profissionais que o Exército já enfrentou: os famosos tenentes”<sup>30</sup>. O conhecimento desses oficiais ultrapassou o âmbito profissional. As duas turmas foram “privilegiadas” na caserna, ao absorver um misto de inovações técnicas e teóricas, formando, assim, um grupo coeso e capacitado. Em entrevista cedida ao CPDOC, Cordeiro de Farias, militar formado no período, exalta as turmas de 1918 e 1919:

[...] Os oficiais formados em 1919 iam para a tropa senhores do que tinham que fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da oficialidade. [...] Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Nesse sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército. (FARIAS, 1981, p. 65)

Contudo, a abordagem reformista do Exército foi pontuada, em algumas questões, no sentido negativo. O aumento na carga de exercícios práticos na Escola Militar, em decorrência da atuação da “Missão Indígena”, acarretou em consequências substanciais. Problemas de ordem estrutural, ideológica e de disciplina foram surgindo. Os instrutores da missão se caracterizaram como sendo incansáveis e ímpetos na rigorosidade. Os problemas ultrapassaram os muros da escola, e a imprensa repercutia a situação para a sociedade. O periódico *O Imparcial*, em tom irônico, cita o pequeno rendimento dos alunos nas aulas teóricas devido ao rigor aplicado nos certames práticos. Essa intensidade, aliada aos

---

<sup>28</sup> **Diário Oficial de 6 de dezembro de 1918.** Instrutores selecionados: Primeiros-Tenentes (Eduardo Guedes Alcorofado, Newton de Andrade Cavalcanti, Demerval Peixoto, João Barbosa Leite e o Segundo-Tenente Odylio Denys); da Cavalaria (Primeiros-Tenentes Euclides de Oliveira Figueiredo, Renato Paquet e Orozimbo Martins Pereira); da Artilharia (Capitão Epaminondas de Lima e Silva e os Primeiros-Tenentes Luiz Corrêa Lima, Plutarco Caiuby e José Agostinho dos Santos); da Engenharia (Primeiros-Tenentes José Bentes Monteiro, Mario Ary Pires e Artur Joaquim Panfiro).

<sup>29</sup> “Era a vanguarda da famosa “Missão Indígena” que surgia, com a finalidade específica de formar um novo tipo de oficial com mentalidade aberta à realidade brasileira, capaz de atuar com eficiência e precisão nas mais variadas formas de luta constituída por uma plêiade de oficiais; [...] dedicada e consciente de seus deveres e obrigações; de elevado valor moral e profissional, entusiasta da tarefa de cumprir, iria exercer notável e decisiva influência na formação profissional.” (COELHO, 1976, p. 3)

<sup>30</sup> MCCANN, 2007, p. 252.

problemas internos da instituição e à política, que adentrava os limites da caserna, tornou-se fator crucial para a futura revolta da Escola Militar em julho de 1922, onde a mesma solidarizou-se com os revolucionários do Forte de Copacabana.

Inseridos no contexto pós-guerra, a exposição de grandes potências europeias que participaram do conflito, juntamente com os debates acerca da vinda de uma missão militar estrangeira, que pudesse treinar o Exército brasileiro, se intensificaram. Vale frisar que não havia unanimidade sobre a origem dessa missão. França e Alemanha figuravam como potências e dividiam opiniões entre os oficiais. Em favor dos germânicos estavam os “Jovens Turcos”, que estagiaram nesse Exército, trouxeram ideais inovadores para o Brasil, e viam os alemães como a força militar mais bem preparada da Europa no que concerne à doutrinação e equipamentos. Entre os chamados “francófilos”, militares que apoiavam a vinda de uma missão francesa, estava o general e recém empossado Ministro da Guerra, Cardoso de Aguiar<sup>31</sup>.

Aguiar encarregou ao Ministro das Relações Exteriores em Paris, Olyntho de Magalhães, e ao major Alfredo Malan d’Angrogne, a tarefa de encontrar um general francês com excelentes qualidades pessoais e capaz de treinar o Exército brasileiro com requintes europeus. Ambos pediram conselhos ao Marechal Joseph Jacques Césaire Joffre, e o mesmo recomendou a escolha do General de brigada Maurice Gustave Gamelin, que havia sido seu chefe de Estado-Maior. Gamelin possuía características que satisfaziam o perfil procurado por Cardoso de Aguiar. Comandou com excelência batalhões e divisões francesas (MCCANN, 2007).

Com os votos favoráveis do Congresso Nacional brasileiro à contratação da Missão Militar Francesa, fora providenciada a vinda de Gamelin ao Brasil, com desembarque em fevereiro de 1919. Pelo fato de não angariar unanimidade no seio militar, a vinda dessa missão não foi vista como algo extraordinário. O real objetivo dos oficiais contrários era a procura por melhores técnicas que fornecessem ao Exército a capacidade de absorver os novos conhecimentos, anexando essa questão ao processo de modernização desejado. Nessa tocante, o mais importante era que o comando permaneceria em mãos brasileiras enquanto a missão se ocuparia do treinamento e instrução, preservando o nacionalismo da instituição e as táticas e sistemas que dela faziam parte.

---

<sup>31</sup> Em 1918 chegou ao fim o governo do mineiro Venceslau Brás, e o poder presidencial passou para São Paulo, na pessoa do ex-presidente Rodrigues Alves. Os complexos laços da elite paulista com a França resultaram, primeiro, na escolha de um Ministro da Guerra pró-francês e, segundo, na negociação de um contrato para uma missão militar com o governo da França. (MCCANN, Op. Cit., p. 257)

Positivamente, os instrutores franceses aplicaram seus ensinamentos e suas influências sobre os oficiais mais jovens que, posteriormente, se provariam mais competentes do que seus superiores. Porém, faz-se necessário citar que, os tenentes que participariam das revoltas tenentistas não “sofreram” com a influência doutrinária exposta pela “Missão Militar Francesa”. Os mesmos obtiveram formação na EMR nos anos de 1918 e 1919, portanto, antes da chegada da missão.

A desorganização da caserna se tornou explícita com a eclosão do movimento tenentista durante a década de 1920. Nesse período, os oficiais foram se dividindo entre duas correntes ideológicas: legalista<sup>32</sup> e revolucionária<sup>33</sup>. Nessa vertente, a influência modernizadora e profissionalizante, em detrimento às reflexões políticas e filosóficas, da Escola Militar de Realengo, se constituía contrariamente aos ideais dos “tenentes revolucionários” que dela surgiram. Como corrobora José Augusto Drummond:

A Escola Militar de Realengo acabou criando a mais politizada geração ou grupo de oficiais que o Exército Brasileiro teve: eles colocaram, durante anos seguidos, suas próprias concepções políticas acima das de seus oficiais superiores, a um custo altíssimo para sua vida pessoal e profissional e, ainda, para a coesão da instituição militar que tanto prezavam e diziam defender. O ensino marcadamente profissionalizante produziu um grupo virulentamente político, ativista, militante e militarista. (DRUMMOND, 1986, p. 72)

As mudanças no pensamento e na prática que ocorreram na educação dos oficiais durante as duas primeiras décadas da República, através do complexo processo de modernização do Exército que estava em curso, se refletiram nos oficiais que compuseram o movimento tenentista, tendo como estopim, o Levante de 1922, no Forte de Copacabana, e o seu ápice na Revolução de 1930, onde colocaram abaixo as “estruturas” da primeira República.

## Referências

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

---

<sup>32</sup> [...] parcela (sempre majoritária) de oficiais do Exército que combateram diretamente, criticaram abertamente ou foram indiferentes à rebelião dos tenentes. Cf. DRUMMOND, 1986, p. 15.

<sup>33</sup> Os revolucionários também aceitavam o papel educativo central do Exército, mas viam no forte regionalismo e na corrupção política, impedimentos para implementá-lo com êxito. Quando esses senões fossem eliminados, o mérito especial da doutrina da nação armada poderia penetrar nos rincões mais remotos do país. MCCANN, 2007. P. 278



CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 7ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 39.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1976.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, Aspásia Camargo, Walder de Góes**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2ª Edição: São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo. 1995, p. 246.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª Edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MCCANN JR, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro, 1889-1937**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, 706 pp. P. 11

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar. 1810-1944**. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a Reação republicana: As origens do Tenentismo**. Editora Vozes, Petrópolis, 1993, p. 13.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **História do Ensino Militar: entre a teoria e a prática profissional no Exército Brasileiro (1889-1944)**. Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 12, no 24, p. 86-98, 2016.

\_\_\_\_\_. **Indesejáveis: Instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2010, 240 p.

SAES, Décio. **Classe média e sistema político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, 420p.

Recebido em: 24 de agosto de 2023

Aprovado em: 05 de fevereiro de 2024